

Turismo Sustentável e valorização patrimonial.

A (re)construção da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira – o primeiro naturalista português

CLÁUDIA HELENA NUNES HENRIQUES * [chenri@ualg.pt]

Resumo | O artigo visa refletir sobre a relação cada vez mais estreita entre cultura e economia e nomeadamente entre património (tangível e intangível) e turismo cultural/criativo, associado a um dado território.

Com esta intenção, apoia-se na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazónia, no século XVIII, bem como na multiplicidade de documentos de diferentes tipos a ela associados, de modo a evidenciar em que medida este património pode contextualizar-se no âmbito da conceção, divulgação e promoção de percursos/itinerários/rotas turístico-culturais sustentáveis, valorizadores da identidade luso-brasileira.

Palavras-chave | Turismo, Património, Sustentabilidade, Criatividade, Expedições naturalistas.

Abstract | The present article aims at reflecting about the relationship between culture and economy and namely between heritage (tangible and intangible) and cultural tourism/creative tourism.

With this purpose, it is based on a reflexion about the Philosophic Travel to the Amazonia of Alexandre Rodrigues Ferreira, in the 18th Century and on the documents associated to it. The aim is to question how which way this heritage could be appropriated to conceive and promote sustainable touristic experiences that valorise the Portuguese-Brazilian identity.

Keywords | Tourism, Heritage, Sustainability, Creativity, Naturalistic Expeditions.

* **Doutorada em Economia** - especialidade de Planeamento e Política Económica, **Professora Adjunta** na Universidade do Algarve – ESGHT, **Membro** do Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações.

1. Introdução

“Graças às viagens, alargamos o nosso conhecimento do mundo exterior, mas isso só é útil se tiver sido precedido por um ensinamento” (Kant, 1999: 67)

O artigo visa refletir de que modo a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazónia, bem como a multiplicidade de documentos que ela originou, se constituem enquanto património luso-brasileiro do século XVIII detentor de valências turístico-culturais e criativas. Neste contexto, assume uma perspetiva analítica histórica transversal aos domínios da cultura (património/colecções naturalistas), do ambiente (Amazónia) e da economia (turismo).

O artigo coloca então a tónica na riqueza do acervo associado a Alexandre Rodrigues Ferreira, sob a perspetiva de que a Viagem Filosófica, enquanto património, (re)constrói a memória da Amazónia, na medida em que valoriza diversos elementos tangíveis e intangíveis integrantes desta região brasileira, evocadores do espírito do lugar (*genius loci*) e da memória desse espírito, a sua herança cultural, podendo contribuir para o desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Consequentemente, discute em primeiro lugar o estreitamento da relação entre cultura e economia, para em seguida considerar a importância da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira do ponto de vista turístico, nomeadamente através da constituição de “redes de elementos culturais (e científicos)”, “redes simbólicas e semióticas” que possam integrar seletivamente um conjunto de elementos associados à Viagem em questão. Estas redes seriam o ponto de partida para a estruturação de itinerários/rotas e percursos valorizadores da identidade e memória da região.

2. Património Cultural e Turismo Sustentável

O património tem valor (Ruskin, 1956). Choay (1999: 98), refletindo sobre os valores do património, refere o cognitivo, educativo, simbólico, semio-

lógico, económico e artístico, destacando o valor nacional como o mais importante.

O património assenta em “vestígios do efémero”, os quais adquirem valor pela capacidade de recriarem uma “emoção fundada no desaparecimento” (Guillaume, 2003: 33). Esses vestígios podem ser obras de arte, objetos, documentos, relatos, que geralmente se inscrevem em suporte material, um artefacto.

Os vestígios tendem a generalizar-se a toda a realidade em dinâmicas que se estendem do inerte ao vivo, do passado ao presente, do material ao imaterial. Uma vez que “nada mais de transcendente se esconde por detrás da aparência, são os artefatos materiais, visíveis, legíveis, que importa conservar, para assim tornar o passado visível e sustentar a ficção da sua presença e de um futuro previsível. Tudo isto se salda por uma perda: deixa de haver transcendência, deixa de haver eternidade” (Guillaume, 2003: 35). Assim, “Um elemento inerte e aparentemente insignificante para a cultura presente só se conserva na medida em que ele continua ligado direta ou indiretamente, a homens desaparecidos que, de certa forma, nos apresentam sempre o espelho do nosso próprio destino” (Guillaume, 2003: 90).

Neste contexto, a conservação / preservação de vestígios, compatíveis com os princípios do Desenvolvimento Sustentável¹, pressupõe a gestão de espaços e organização de práticas que retêm e evocam a memória do passado. A memória é fundamental na constituição da identidade, na medida em que só conhecendo o passado estaremos mais aptos para compreender o presente e estruturar o futuro (Knox, 2006).

Sendo uma nação, “uma relação entre conhecimento e poder social” (Hall, 1996), ela está associada a uma organização coletiva assente numa experiência histórica, relacionada, segundo defensores da abordagem ético-simbólica, com a cons-

¹ Vide Relatório Brutland (1987), Conferência do Rio de Janeiro (1992), Conferência de Joanesburgo (2002), entre outros documentos.

ciência de continuidade com uma cultura comum num território geográfico (Fenton, 2003; May, 2001; Jenkins, 1995; Parekh, 1995; Hutchinson, 1994; Smith, 1991; citados por Almeida, 2004).

Uma nação evidencia uma memória coletiva que pode ser (re)acendida/(re)pensada para ser adaptada à identidade do tempo presente. Memória e identidade aparecem então como conceitos relacionados, uma vez que “um sentido de similaridade através do tempo e espaço é sustentado pela memória, e o que é lembrado é definido pela identidade que tem” (Gillis, 1994: 39).

Assim, a criação de uma identidade nacional opera através do recurso a “ficções-guia” (“guiding fictions”). De acordo com Shumway (1991: xi) as “*guiding fictions* das nações não podem ser alvo de prova, muito embora sejam frequentemente fabricadas como ficções literárias artificiais. Contudo, elas são necessárias para dar aos indivíduos um sentido de nação, comunidade, identidade coletiva ou propósito nacional”. Como afirma Hespana (1999: 9), o facto da história poder ser vista como uma “construção do passado” leva a que seja frequentemente apropriada para se atingirem objetivos políticos e económicos.

Memória como uma “construção” por parte das instâncias do saber e do poder, organiza-se então a partir de documentos, histórias, monumentos, considerados detentores de valor e como tal impregnados de identidade e capazes de captar o “espírito do lugar” (ICOMOS, 2008).

No caso específico de artefactos (associados a coleções naturalistas), estes constituem um capital financeiro próprio mobilizável num capital simbólico, uma vez que a atribuição de “sentido” é fundamental. Como refere Lorraine (2004: 20), o historiador

classicamente pensa através de textos, mas deverá também pensar através dos artefactos – “thinking with things is very different from thinking with words” – para que possa participar no alargamento da história das ciências à cultura material. Aliás, como já assinalava Godelier (1973: 30), por detrás dos objetos estão os homens: “no movimento do visível ao invisível, o que o pensamento científico descobre é que as relações entre as coisas, bens materiais, objetos preciosos, valores, são de facto relações entre os homens, relações que se exprimem e dissimulam no tempo”.

Quanto à conservação dos artefactos e consequentemente da memória, ela pode ser perspectivada de uma forma mais passiva e de outra mais ativa². A primeira, percebe os bens culturais não como um motor potencial de progresso económico mas somente como um património a conservar, acreditando que esse seria o melhor meio de sobreviverem no tempo. É uma perspectiva limitada devido à espiral negativa restauração – museologia – degradação – restauração, que envolve problemas periódicos e muitas vezes inultrapassáveis de financiamento (Parlati, 1999). Porém, se por um lado, “um museu conserva, por outro, ele também destrói”, uma vez que segundo Daugeron (2009: 318) o objeto integrado no museu, encontra-se “cortado com a sua história, ou dito de outro modo, afastado das suas condições de produção”. A sua vida científica fica limitada ao espaço museológico, e “não podendo ser outra coisa senão um objeto de museu, ele não pode contemplar o exterior de onde ele vem”. Nesta perspectiva, o museu não considera o processo de construção dos materiais expostos e retira-lhes vida própria. Mundo fechado, o museu “propõe um ciclo fechado sobre ele próprio, como um círculo vicioso. Sair do ciclo pressupõe retroceder e voltar à cadeia de produção das coleções” (Daugeron, 2009: 318). Quanto à segunda forma, ela atribui um papel mais ativo aos bens culturais valorizando-se o turismo como fonte de autofinanciamento e riqueza (Parlati, 1999: 68).

Não é então de estranhar que vários autores e organismos³ façam referência ao facto da conservação do património ser justificada pelo turismo.

² Os problemas de conservação fazem-se sentir de forma bastante incidente no caso das coleções naturalistas, visto que o “horizonte de perda” é assinalável.

³ De salientar que a UNESCO não é desfavorável à valorização, conservação / preservação, promoção do património pelo turismo. Para este organismo o turismo tem a valência de possibilitar o diálogo intercultural concebido como a promoção do conhecimento recíproco das culturas.

O património detém valor económico “legitimando” a apropriação / utilização contemporânea do passado como “mercadoria”. O facto é indissociável de práticas de consumo na atual sociedade global, pós-fordista e pós-moderna, onde processos como a mercantilização da cultura e a transformação turística da cultura e dos espaços é uma realidade (Henriques, 2003).

Cada vez mais se reconhece que a cultura (património) não é um facto residual ou neutro relativamente à economia; ela é parte integrante e pode mesmo constituir-se como um dos seus motores de desenvolvimento.

O turismo assume-se como uma “força capaz de transformar destinos, tradições e estilos de vida” (Smith, 2003: 11), à medida que contribui para uma maior aproximação entre territórios, comunidades residentes e turistas. Essa aproximação é tanto maior quanto os turistas se tornam “cada vez mais experientes e aspiraram a novas e mais aprofundadas experiências no seio das comunidades que visitam” (ETC, 2006: 5).

Sob estes pressupostos, deve ser estabelecida uma relação simbiótica entre cultura e turismo (OECD, 2005) propiciadora do fortalecimento da atratividade e competitividade de regiões e países (OECD, 2009). Esta relação aponta, segundo a OECD (2005), para a necessidade de se desenvolverem esforços no sentido de estabelecer a permanência de atividades culturais, um grau de participação da população residente em atividades culturais, a capacidade do território produzir todos os bens e serviços necessários na ocasião, independência das atividades culturais, entre outros aspectos.

À medida que a motivação para o consumo de património se tem vindo a tornar cada vez maior (Lowenthal, 1998; Urry, 1995), este último delimita-se como “produto” associado ao turismo patrimonial (*heritage tourism*), o qual se inscreve no domínio do turismo cultural.

Quanto ao turismo cultural, ele assenta na motivação de conhecimento de cultura ou património de dado destino, sendo prospetivado “como a arte de participar noutra cultura e de nos relacionarmos com outros povos e lugares” (Wood, 1993). Reconhecido como categoria de produto turístico distinta nos finais dos anos 70, assume-se como atividade de mercado de elevado perfil a partir dos anos 90 (Mckercher e Cros, 2002), ganhando na atualidade crescente importância⁴ (OECD, 2009; Europa Nostra, 2005), ao mesmo tempo que emerge o designado turismo criativo, apelidado de “nova geração de turismo” (UNESCO, 2006).

O turismo criativo oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial de criatividade através de uma participação ativa em aprender experiências do destino (Richards e Raymond, 2000). Experiências turísticas que se querem “transformadoras” conducentes ao “self development” ou à “transformação” (Pine e Gilmore, 1999), o que para Richards e Wilson (2006: 17-18) põe a tônica na “coordenação do *hardware*, *software* e *orgaware* criativo e cultural”. Aqui o ato de consumo não é passivo devendo envolver a ação dos consumidores, no contexto da respetiva valorização pessoal.

Este tipo de turismo envolve consequentemente a interação entre os locais e as dimensões educacional, emocional, social e participativa (Richards e Wilson, 2006). Esta interação pressupõe um compromisso e uma experiência mais autêntica com uma participação na aprendizagem das artes, do património, favorecendo a relação com os residentes e cultura local (UNESCO, 2006).

⁴ A Europa Nostra (2005) refere: “mais de 50% da actividade turística na Europa deve-se ao património cultural e ao turismo cultural que se espera que seja o que mais cresce”. A OECD (2009: 21) salienta que a “UN World Tourism Organization estima que o turismo cultural represente 40% do turismo internacional”. Diz-nos igualmente que nos EUA surveys “(...) indicam que 30% dos turistas domésticos são influenciados nas suas escolhas de destinos por arte, eventos ou atividade ligadas à cultura ou património”.

3. A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira enquanto património com valências turísticas

3.1. Enquadramento histórico

A história natural pensa “com” e “através” das “coleções naturalistas” assentes nos designados artefactos ou objetos. “A entrada dos objetos na razão conduz a novos modos de construção do saber, renovando assim o projeto de classificação da história natural. À possibilidade de descrever à distância através de palavras acrescenta-se aquela, nova, de representar os objetos fazendo-os vir de «lá» (extraeuropeu) para «aqui» (hiperlocal do museu). A extração *in situ* e a acumulação *in camera* aproximam materialmente o longínquo” (Daugeron, 2009: 66).

As coleções em referência estruturaram-se então quer no contexto de forças como a ciência e o poder (segundo a hierarquia das suas relações), quer na sua coexistência com projetos militares e de expansão territorial além-mar.

Neste contexto, Daugeron (2009: 20) assinala que a história natural se inscreve na história do império colonial e consequentemente em dois modelos: o da “comissão” e o da “máquina colonial”. Está associada a uma articulação entre “ciência e império”⁵, afetando as coleções e fazendo os objetos híbridos entre o “científico” e o “histórico”. Diz-nos: “Assim, em torno das coleções naturalistas

correspondem duas séries de histórias heterogêneas. Uma história das ciências em volta das classificações e uma história colonial aquando da coleta, uma classifica os objetos, a outra relata-os” (Daugeron, 2009: 21).

A “máquina colonial” permite a colocação em “rede” de instituições académicas, companhias mercantis, reunindo os meios intelectuais e materiais necessários à produção de equipas conhecedoras à distância e à exploração dos seus resultados. Paralelamente, condiciona um regime de produção de saberes orientado face à exploração dos recursos dos novos territórios, tudo num sistema de rotinas administrativas. A exploração precede à colonização, pelo que a história natural se encontra numa configuração expansionista.

Pelo referido, fica clarificado o facto da história natural não evoluir numa esfera autónoma do saber científico fechado em si próprio, mas em relações heterogêneas entre política, economia e natureza. Godim (1994: 131), a propósito de viajantes⁶ neste período, salienta a sua preocupação, por exemplo, com “a regionalização da agricultura e aproveitamento eficaz das sementes e do braço indígena”.

Koerner (1999) faz menção à relação entre natureza e economia, sob o pressuposto de que novos recursos se abrem com as expedições naturalistas, enquanto fontes de coleções. O autor mostra a estreita relação entre o conhecimento do mundo natural e a economia política no início das Luzes. Também Grove (1996), no domínio dos estudos ciência/império, faz referência ao “Imperialismo verde” evidenciando a forte ligação entre a história natural e a economia.

No século XVIII, muitas monarquias europeias revelaram interesse pela exploração científica do Novo Mundo⁷. “O saber assume outro estatuto: quem o detivesse deteria o poder. As experimentações científicas, a proliferação das Academias das Ciências, a mania pelas coleções de insetos, as viagens científicas ou de aventura a países distantes – Oriente e Américas – dão o tom e o sabor nesse século (...)” (Godim, 1994: 11).

⁵ “Enquanto a máquina colonial propõe uma outra modalidade de articulação da ciência e do Estado em projetos de longo curso científicos, a constituição das coleções faz-se à escala do globo no quadro das viagens de descobertas à volta do mundo. A par de objetos científicos declarados, entre coleta de objetivos naturalistas coexistem os desígnios da expansão de um Estado tentando construir um império colonial” (Daugeron, 2009: 371).

⁶ Os viajantes em referência eram o ouvidor Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira. Também Rodrigues de Areia, Miranda, Hartmann (1991: 28) : “A par da recolha de produtos naturais é também de sublinhar a pesquisa das potencialidades agrícolas nomeadamente no que dizia a respeito a produtos de valor concorrencial a nível internacional sendo de destacar, entre outros, o cânhamo, o anil, as especiarias”.

⁷ Para maior contextualização histórica vide Bolinhas (2008) e Domingues (1991).

2.2. A Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira sob uma perspectiva histórica e turística

Em inícios de 1783, no reinado de D. Maria I, Alexandre Rodrigues Ferreira é nomeado “para na qualidade de naturalista” empreender a Viagem Filosófica, pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (vide Figura 1), “com a missão de recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que encontrasse e remetê-los ao Real Museu de Lisboa, bem como fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos da viagem” (Pataca, 2011: 2).

Segundo António Sá (1783; citado por Galera, 2008: 2), a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, com a duração de quase dez anos (1783-1792)⁸, tem por objeto averiguar a natureza, fazendo por conhecer todos os produtos, e riquezas, que o Onnipotente espalhou na superfície do globo, a fim de obter uma perfeita descrição dos três reinos da natureza (mineral, animal e vegetal), encontrados na Amazônia Brasileira e parte da Bacia do Rio Paraguai (vide Figura 2).

No entanto, vários investigadores salientam “que a expedição (...) tem a ver indiscutivelmente com o problema das demarcações. Há mesmo quem considere que a intenção da viagem (...) era primordialmente geopolítica” (Vanzolini, 1990). Na mesma linha de pensamento, Domingues (1991: 11) refere: “há uma tentativa de apropriação de uma região geográfica que se efetua quer pela soberania e posse da terra, quer pelo seu conhecimento. Por um lado, ocupar geograficamente um território cuja delimitação é ainda indefinida, justificar a presença de fato uma posse até então teórica e contestada pela potencia opositora – a Espanha; por outro, conhecer exaustiva e cientificamente o meio ambiente e informar o poder administrativo sobre a colonização luso-brasileira; e ainda tirar proveitos desse território e explorar economicamente as suas potencialidades”.



Fonte: Roteiro da Viagem Filosófica 1783-1792.

Figura 1 | Itinerário da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.



Fonte: Livro B.N.21.1.0.

Figura 2 | Frontispício alegórico da Viagem Filosófica, no qual supostamente Alexandre Rodrigues Ferreira, aponta o mapa do rio das Amazonas, Madeira, Branco e Negro.

⁸ Foi acompanhado pelo jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo, e dois desenhadores, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire; e ainda José da Conceição Veloso, franciscano natural de Minas Gerais.

Assim, embora o problema das demarcações e Viagem Filosófica sejam, para Domingues (1991), “duas vertentes complementares de um mesmo processo de investigação geográfica e do conhecimento científico”, é incontestável que Alexandre Rodrigues Ferreira visa “recolher o máximo de exemplares dos três reinos e ainda artefactos ou «curiosidades artificias dos gentios e índios domesticados» (Rodrigues de Areia *et al.*, 1991: 24), como está patente em várias cartas por si escritas⁹ e no seu Roteiro (Ferreira, 1787).

Considerado na altura o “maior empreendimento científico realizado no Brasil pela Coroa Portuguesa em todo o seu período colonial” (Pereira da Silva, 2008: 1)¹⁰, a Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira reuniu “o disperso, contribuindo para uma visão de conjunto de uma região que ainda hoje é sumamente complexa” (Bolinhas, 2008) e possibilitou a descrição dos “três reinos da natureza”, de três modos distintos:

“a) por escrito, através de relatórios denominados de “relações”, “noticias”, “memórias” ou “tratados”, além de uma farta correspondência, com centenas de documentos escritos de próprio punho ou encomendados a outros especialistas que a Rainha colocou a serviço da expedição; b) por desenhos com mais de mil obras preparadas principalmente pelos dois desenhadores (...) e pelo arquiteto italiano António José do Cabo Landi; c) por amostras tecnicamente preparadas aos milhares e cuidadosamente enviadas para o Real Gabinete de História Natural (...)” (Pereira da Silva, 2008).

De salientar que “os documentos resultantes dessa viagem interessam a todas as áreas do conhecimento humano, que naquele tempo não estavam classificadas de acordo com os padrões actuais, destacando-se pelo menos as seguintes especialidades: medicina e farmácia, biologia, zoologia, botânica, agricultura e ecologia, história (social, militar, religiosa), geografia, geologia, mineralogia, etnografia, antropologia, artes plásticas, arquitetura, arqueologia, linguística, filologia, literatura, política, administração pública” (Pereira da Silva, 2008: 1).

Os documentos provêm de várias remessas enviadas do rio Negro as quais contemplavam exemplares de produtos do reino animal, do reino vegetal bem como muitas amostras de minerais, centenas de aguarelas que os riscadores Codina e Freire iam produzindo, uma sinopse apresentada pelo jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo¹¹ e também, objetos etnográficos (Curiosidades artificias dos Gentios, e Índios domesticados), os quais englobam desde armas, instrumentos musicais, ornamentos, móveis e *alfayas*¹².

Esta viagem fica portanto afeta a uma riqueza em vestígios, de inequívoco valor histórico¹³, que têm vindo a ser de alguma forma “utilizados” nas designadas ‘máquinas de memória’ (arquivos, museus, monumentos, etc.) (Guillaume, 2003: 41). As várias iniciativas de publicações (por exemplo, Ferreira, 1971, 1974, 1983; Pires da Lima, 1953) assim como a valorização da documentação por parte de Museus e Bibliotecas¹⁴, destacando-se a Biblioteca Nacional¹⁵, são exemplos disso.

⁹ Ver a título de exemplo as cartas dirigidas a Mello e Castro (in Rodrigues de Areia, Miranda, Hartmann, 1991: 24).

¹⁰ Ter presente alguma da polémica associada a este empreendimento. Por exemplo, Sylvio Romero (in Galera, 2008: 2) descreve-o como “ao serviço de um governo em grande parte inepto e mesquinho, acumulou um imenso manancial de manuscritos que lá ficaram pelos arquivos para pasto de traças, e os factos novos, as descobertas importantes ali reunidas permaneceram como não existentes e tiveram de ser produzidas de novo pela pleide de viajantes estrangeiros que nos últimos cem anos têm percorrido as regiões amazónicas”.

¹¹ Para aprofundamento sobre o acervo vide Rodrigues de Areia, Miranda, Hartmann (1991: 30-32). Segundo Domingues (1991: 68), “Ao longo de quatro anos, até Outubro de 1787, Alexandre Rodrigues Ferreira parece ter enviado noventa e quatro caixões de madeira, nove caixas de folha da Flandres, um cilindro, outros animais, bem como noventa e seis riscos de paisagens, oitenta e dois de animais e trezentos e oitenta e oito de plantas”.

¹² Para uma descrição mais pormenorizada vide Almaça (1992).

¹³ Tal com atestam Carlos França, William Simon, Vanzolli, Rómulo de Carvalho, entre outros (vide site da Biblioteca Nacional: <http://catalogos.bn.br/Alexandre/historico.htm>).

¹⁴ Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, Museu Natural de História Natural – Paris, Academia das Ciências de Lisboa, Museu do Bocage (Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico) da Faculdade de Ciências de Lisboa, Madrid e outros destinos, entre eles o Museu do Rio de Janeiro.

¹⁵ Vide <http://catalogos.bn.br/alexandre/apresentacao.htm>.

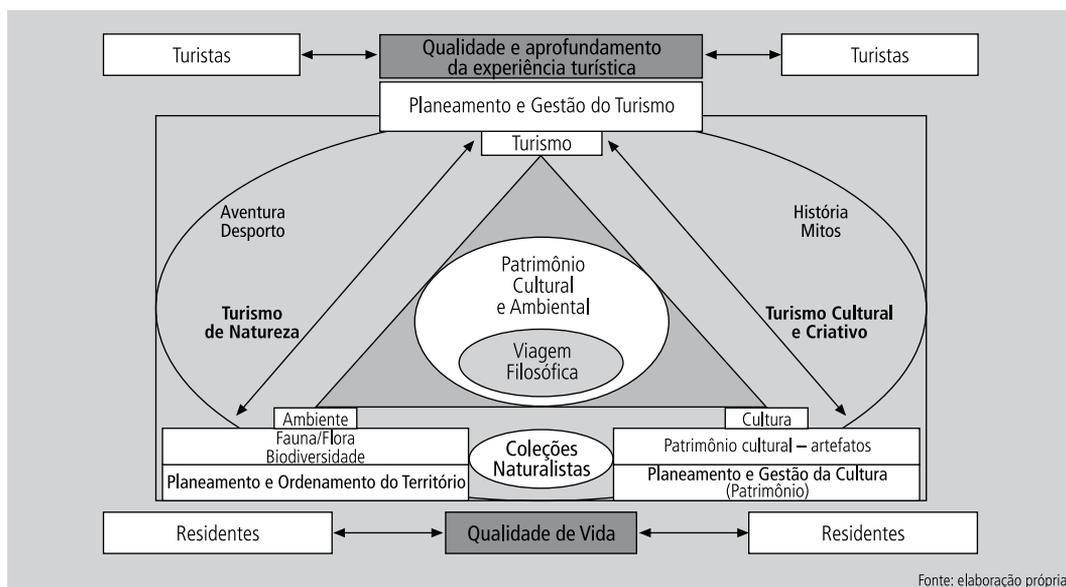
Neste contexto, a intenção deste artigo é chamar a atenção para a importância da Viagem Filosófica e respetivo acervo no sentido de se alicerçarem experiências turísticas culturais-criativas numa região (Amazónia), ícone do ambiente natural, levando ao necessário estabelecimento de pontes entre a natureza e a cultura neste território, visando o desenvolvimento sustentável do turismo.

Quando o que está em causa é a valorização turística da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, pode estabelecer-se a simbiose entre o turismo cultural-criativo e o de natureza, sob o pressuposto de que o estabelecimento de itinerários/percursos/rotas apela a experiências que, *in situ*, podem conduzir a que o turista siga os passos do naturalista, num percurso (que pode envolver graus distintos de aventura, aprendizagem, exigência física), com apoio de diferentes tipos de transporte. Simultaneamente, os museus, centros de interpretação, exposições fixas e temporárias, entre outros, podem valorizar a história e os mitos associados à Amazónia, e nomeadamente os que se reportam à Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (vide Figura 3), possibilitando um entrecruzar de “olhares”.

A simbiose referida apela à consideração de três grandes dimensões conceptuais. A primeira associada ao ambiente natural, a segunda associada ao turismo e a terceira associada à cultura na sua vertente patrimonial (tangível e intangível). Paralelamente, inscreve-se em processos de transformação turística respetivamente do ambiente e da cultura, associados à Amazónia.

Qualquer estruturação de um turismo sustentável exigirá o respeito pelos atores em presença, nomeadamente residentes e turistas, o que deverá estar refletido nas políticas de planeamento e gestão direcionadas respetivamente para o ambiente e cultura, que caberá aos agentes públicos e privados com responsabilidades turísticas delimitar.

A Viagem Filosófica, bem como de outras viagens levadas a cabo na Amazónia, possibilitam a construção de narrativas e, conseqüentemente, podem propiciar aos visitantes deste território uma “outra” – e quiçá “mais aprofundada” – forma de o olhar, nomeadamente através de viajantes de séculos anteriores, estabelecendo-se pontes entre o passado e o presente. Aliás, cabe chamar a atenção face à já existente sensibilização e interesse em



Fonte: elaboração própria.

Figura 3 | Turismo, Ambiente e Cultura. Três vetores de uma experiência turística sustentável.

“(re)viver” e “(re)descobrir” a Viagem Filosófica do naturalista em análise, se considerarmos algumas iniciativas levadas a cabo por organismos brasileiros e portugueses, onde se destaca a “Expedição «Viagem filosófica - uma redescoberta da Amazônia» organizada pela Associação Promotora da Instrução, entidade brasileira de utilidade pública, devotada ao ensino e divulgação científica e patrocinada pela Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses” (Pereira, 1992).

Ao se estruturar um percurso/itinerário não está subjacente que os documentos associados à Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁶ vão ser alvo de análise aprofundada por parte dos turistas. O que está apenas implícito é que, potencialmente, os turistas poderão usufruir de uma experiência de conhecimento e partilha que pode ser, no contexto da economia das experiências (Pine II e Gilmore,

1999) “transformadora” do indivíduo e consequentemente enriquecedora da sua existência, uma vez que valores como os de “educação”, “descoberta do outro”, “respeito pelo património”, “respeito pelo ambiente” são postos em relevo¹⁷.

Percorrer o itinerário de Alexandre Rodrigues Ferreira, na totalidade ou apenas em parte (devido à sua extensão), “pode contribuir para «sentir» e «compreender» melhor a história, a identidade da região e o próprio «espírito do lugar», uma vez que sentimento e compreensão se podem interpenetrar, sob o pressuposto de que «sentimento» pode contribuir para uma maior «compreensão»” (Henriques, 2008).

Nesta lógica, vários elementos tangíveis (monumentos, lugares, edifícios, objetos materiais) e intangíveis (histórias, sentimentos, costumes, atmosferas, linguística) referidos pelo naturalista, bem como elementos por si documentados, podem contribuir, através de uma combinação “criativa” (do ponto de vista turístico), não só para uma maior compreensão do que era a região da Amazônia no século XVIII confrontada com o que é hoje, mas também para um maior sentimento da história desta viagem e desta região – como dizia Guillame (2003) – a “emoção” associada ao “desaparecimento”. Essa “emoção” tenderá a ganhar mais relevância quanto se consideram as várias ameaças ambientais que a Amazônia enfrenta, apelando à conservação/preservação dos seus recursos naturais e culturais.

A articulação dos elementos referidos associa-se à criação de “redes de elementos culturais (e científicos)”, “redes simbólicas e semiológicas”, as quais pressupõe conexões entre uma multiplicidade de domínios que vão desde a história da região e do Brasil, a história da Viagem (Viagem Filosófica), história natural, entre outras. Nestas redes pode assentar o processo de “re-construção” /“(re)descoberta da Amazônia, com o intento de propiciar experiências turístico-culturais.

Porém, como salienta Palmer (2005), a identidade não é um conceito neutro¹⁸, sendo sempre necessário perguntar o que está a ser definido, em que base e com que objectivo. Hall (1996: 4) diz-nos:

¹⁶ Em Julho de 1815 foram entregues a Félix Avelar Brotero, por Dona Germana (viúva de Alexandre Rodrigues ferreira), para ser conservado no Real Museu de Ajuda, os papéis e manuscritos, pertencentes à Viagem, devidamente catalogados por António de Azevedo Godinho, com 18 folhas. No inventário original de António Azevedo Coutinho constavam 57 obras: “Memórias, notícias, diários de viagem, prospectos, relações, observações gerais, descrições etc. pertencentes à Viagem Filosófica” (in Carvalho, s.d., Viagem Filosófica pelas capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793): uma síntese no seu bicentenário. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Belém: Museu Emílio Goeldi.

¹⁷ Por exemplo, com base nos vários desenhos associados à Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, pode procurar dar-se a conhecer este território a turistas e residentes. Ter presente desenhos do reino animal (por exemplo: “Suruanã-dorsal”, “Tracajá”, “Juraráçu”, “Jabitu”, “Hudi”, “Picapau de cabeça-vermelha”); vegetal (“cannacene cana sp.”, “pulmae”), mas também o papel do homem na exploração dos recursos territoriais (exemplo: “viração das tartarugas na Amazônia”), e a várias tribos e seus costumes (exemplo: “Chefe do gentio aycuru”). Para aprofundamento consultar Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. Kapa Editorial (2002, 2003, 2005).

¹⁸ No caso da identidade associada ao passado colonial brasileiro, Munteal Filho (2000: 174) refere que “o problema da identidade no limiar do século XXI recoloca a sociedade brasileira e a portuguesa frente a frente com as suas histórias de permanências e rupturas”. Experienciar a identidade luso-brasileira através do turismo pode então associar-se à visita de lugares e artefactos integrados na Viagem Filosófica (Vide Munteal Filho, O., 2000, Fragmentos de uma identidade – Brasileiros e Portugueses 500 anos depois, in Comum – Rio de Janeiro, vol.5, nº14, pp. 170-179, jan-jul 2000).

“porque as identidades são construídas, não fora do discurso, precisamos de compreender como sendo produzidas em lugares específicos no quadro de práticas e formações discursivas específicas”. Assim, a Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, do ponto de vista do seu aproveitamento turístico, levanta preocupações que nos remetem para a discussão entre a identidade nacional e o turismo (Connor, 1993; Anderson, 1991; Giddens, 1985; citados por Palmer, 2005).

Quando o que está em causa é estruturar percursos/itinerários/rotas com base em Viagens / Expedições, empreendidas em séculos anteriores, a tematização deve estar bem definida, muito embora não seja fácil a reconstrução de um universo de práticas à volta de coleções científicas. Assim, num mundo global é de importância fundamental desenvolver histórias ou narrativas que possam conectar as pessoas aos lugares. Como muitos autores referem, não basta “ter cultura”, ela deve também estar acessível aos residentes e visitantes. Aliás, cabe não esquecer que a mobilização dos residentes em torno dos seus valores identitários é fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo. De salientar, por exemplo, que a existência de visitas pedagógicas por parte das escolas e universidades, pode levar à sensibilização da população face a um conjunto de valores culturais, pilares do desenvolvimento sustentável.

4. Conclusão

Alexandre Rodrigues Ferreira na sua Viagem Filosófica associa-se a inúmeros elementos tangíveis e intangíveis, os quais podem ser “combinados” e integrados em “redes de elementos culturais (e científicos)”, “redes simbólicas e semióticas”, que ao se interpenetrarem com a vivência do naturalista e sua equipa na Amazônia, podem contribuir para a captação da dinâmica dos espaços e suas identidades, enquadrados na dicotomia realidade

passada (tempo da narrativa) / realidade atual. Essa captação pode desempenhar um papel importante na configuração do turismo cultural-criativo e no sentido do ‘ser turista’, pois levará ao (re)viver de um património, produzido em condições políticas específicas.

O (re)viver do património em questão - no tempo e no espaço – pode passar pela concepção, divulgação e promoção de percursos/itinerários/rotas turístico-culturais associados à Viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, fato que se configura no âmbito do estreitamento da relação entre economia e cultura, mas também ambiente (natural), compatível com o Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Associado ao itinerário turístico estão subjacentes experiências “culturais-criativas” “aprofundadas” e “transformadoras”, as quais pressupõem um espaço identitário de vivenciamento coincidente com o desejo de “(re)construir” e “narrar” partes e aspectos da região através de documentos e artefactos, o que passa necessariamente por um processo comunicativo, educativo e pedagógico. Essa “(re)construção” está associada a uma multiplicidade de elementos tangíveis e intangíveis e à sua respectiva valorização e conexão criativa. Estes elementos fazem parte e simultaneamente são os sustentáculos do espírito do lugar (*genius loci*) e da memória desse espírito.

Agradecimentos

Este artigo foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (*This paper was partially financed by the Foundation for Science and Technology*).

Referências Bibliográficas

- Almaça, C., 1992, Alexandre Rodrigues Ferreira e a exploração histórico-natural do Brasil, in *Revista Oceanos, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*, n.º 9, pp. 54-64.

- Almeida, J.-C., 2004, Memória e Identidade Nacional – As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação, *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 16-18 Setembro, pp. 1-27.
- Bolinhas, M., 2008, *Alexandre Rodrigues Ferreira – VIATOR*, [http://amazônia.no.sapo.pt], (Site acedido em Julho de 2010).
- Choay, F., 1999, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Coleção Arte & Comunicação, Lisboa.
- Daugeron, B., 2009, *Collections naturalistes - entre science et empires (1763-1804)*, Muséum national d'histoire naturelle, Publications Scientifiques, Collection Archives, Paris.
- Domingues, A., 1991, *Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em Finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Coleção Memórias 6, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal.
- ETC, 2006, *Report on City Tourism and Culture*, ETC.
- EUROPA NOSTRA, 2005, *Cultural Heritage Counts for Europe*, Position Paper adopted by the Europa Nostra Council, 2 June 2005, Bergen (Norway).
- Ferreira, A. R., 1783/92, Roteiro das viagens que fez ao Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, Documento manuscrito, Museu Bocage.
- Galera, A., s.d., *Filosofia de un viaje. Alexandre Rodrigues Ferreira explora la amazônia*, [http://www.trplov.com/atalaia], (Site acedido em Julho 2011).
- Gillis, J., 1994, Memory and Identity: The History of a Relationship, in Gillis, John R., (ed.), *Commemorations. The Politics of National Identity.*, Princeton University Press, Princeton, pp. 3-24.
- Godelier, M., 1973, *Horizon, trajets en anthropologie*, F. Maspero, Paris.
- Godim, N., 1994, *A invenção da Amazônia*, Editora Marco Zero, São Paulo.
- Grove, R., 1996, *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1860*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Guillaume, M., 2003, *A Política do Património*, Campo das Letras Editores, Lisboa.
- Hall, C. M., 1996, Tourism in capital cities, *Tourism: An International Interdisciplinary Journal*, Vol. 50(3), pp. 235-248.
- Henriques, C., 2008, Património Cultural e Turismo. Uma relação simbiótica. A Análise de dois percursos turístico-culturais: James Joyce e Fernando Pessoa, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n.º 10, pp. 25-39.
- Henriques, C., 2003, Turismo, Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável, Edições Sílabo, Lisboa.
- Hespana, A., (ed.), 1999, *Há 500 Anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1996-1998*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.
- ICOMOS [International Council on Monuments and Sites], 2008, *Finding the Spirit of Place*, 16th General Assembly and Scientific Symposium, Québec, Canada.
- Kant, I., 1999, *Geographie*, Aubier-Montaigne, Paris.
- Koerner, L., 1999, *Linnaeus: Nature and Nation*, Harvard University Press, Cambridge.
- Knox, P., 2006, World Cities and the Internationalization of Design Services, in Taylor, P., Derudder, B., Saey, P., and Witlox F. (eds.), *Cities in Globalization*, Routledge, London, pp. 72-87.
- Lorraine, D. (ed.), 2004, *Things that talk: Object Lessons from Art and Science*, Zone Books distributed by MIT Press, New York.
- Lowenthal, D., 1998, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Mckerchner, B., e Cros (Du), H., 2002, *Cultural Tourism: The Partnership between tourism and cultural tourism management*, The Harworth Hospitality Press, USA.
- OECD (Organisation for economic Co-Operation and Development), 2009, *The Impact of Culture on Tourism*, OECD.
- OECD, 2005, *Culture and local development*, OECD, Paris.
- Palmer, C., 2005, An Ethnography of Englishness Experiencing Identity through tourism, *Annals of Tourism Research*, Vol. 32(1), pp. 7-27.
- Parlati, P., 1999, WTO/UNESCO Seminar on Tourism and Culture, *La gestion du tourisme dans les villes d'art de l'Italie*, 20-21 April, Samarkand/Khiva, Republic of Uzbekistan.
- Pataca, E., 2011, Congruências entre cartografia e pintura no Prospecto da Vila de Cameté (1784) de José Joaquim Freire, in 1º *Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica – Passado e Presentes nos velhos mapas: conhecimento e poder*, Paraty, 10 a 13 de maio (disponível em www.ufmg.br/redemuseus/crch/simposio).
- Pereira, R., 1992, Amazônia Redescoberta, *Oceanos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, n. 9, pp. 80-85.
- Pereira da Silva, J., 2008, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, [http://www.filologia.org.br], (Site acedido em Julho, 2010).
- Pine II, J., e Gilmore, J., 1999, *The Experience Economy*, Harvard Business Scholl Press, Boston.
- Richards, G., e Wilson, J., 2006, Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture?, *Tourism Management*, Vol. 27, pp. 1209-1223.
- Richards, G., e Raymond, C., 2000, Creative Tourism, *ATLAS News*, n.º 23.
- Rodrigues de Areia, M., Miranda, M., e Hartman, T., 1991, *Memória da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem Philosophica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá – 1783-1792*, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra.
- Ruskin, J., 1956, *The seven lamps of architecture*, Ed. J.M. Dent and Sons, Londres.
- Smith, M.K., 2003, *Issues in Cultural Tourism Studies*, Routledge, London.
- Shumway, N., 1991, *The invention of Argentina*, University of California Press, Oxford, England.
- UNESCO, 2006, *Tourism, Culture and Sustainable Development*, UNESCO.
- Urry, J., 1995, *Consuming places*, Routledge, London, 1995.
- Vanzolini, P., 1990, As primeiras expedições zoológicas no Brasil, *Revista USP*, n.º 6, pp. 159-164.
- Wood, C., 1993, A sense of Place, *New Traveller*, nº5, pp. 8-9.